

## BOTA FORA

### Anac aprova minuta para leilão de 16 aeroportos

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou ontem as minutas do edital e dos contratos de concessão de 16 aeroportos à iniciativa privada. Os documentos serão analisados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O leilão da 7ª rodada de concessão dos aeroportos está previsto para o primeiro semestre do próximo ano, caso o TCU aprove os editais e os contratos. As concessões abrangerão 39,2 milhões de embarques e desembarques no país, o equivalente a 26% do volume de passageiros registrado em 2019 e devem render R\$ 8,6 bilhões em investimentos privados nos próximos 30 anos. Os aeroportos foram divididos em três blocos. O primeiro é formado por nove terminais em São Paulo, em Mato Grosso do Sul e no Pará, liderado pelos aeroportos de Congonhas e Campo de Marte, em São Paulo. A lista segue com os aeroportos de Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul; Santarém, Marabá, Parauapebas e Altamira, no Pará. Com lance mínimo de R\$ 525,2 milhões, o bloco tem valor do contrato estimado em R\$ 11,4 bilhões. Liderado pelos aeroportos Santos Dumont e de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, o segundo bloco também engloba os aeroportos de Montes Claros, Uberaba e Uberlândia, em Minas Gerais, e terá lance mínimo de R\$ 324 milhões, com valor do contrato avaliado em R\$ 5,8 bilhões. **PÁGINA 3**

## ESTUDO

### Fiocruz recomenda vacinação de crianças

**PÁGINA 5**

## VEÍCULOS

### SP triplica desconto do IPVA e parcela em 5 vezes

**PÁGINA 4**

## IMPOSTOS

# Arrecadação desacelera e cresce 1,4% em novembro

A Receita Federal registrou uma arrecadação de R\$ 157,3 bilhões em novembro, um crescimento real de 1,41% em relação igual mês do ano passado. Embora positivo, o resultado representa o menor crescimento frente a 2020 desde janeiro. Os dados, divulgados ontem, foram impactados pela retração observada na produção industrial e na venda de bens. Também puxaram os números para baixo as

chamadas compensações tributárias, quando empresas abatem dívidas com a União usando créditos a que têm direito perante o Fisco (principalmente devido a decisões judiciais). Só em novembro, as compensações tributárias tiraram R\$ 14,9 bilhões da arrecadação federal. Antes de novembro, o pior resultado na comparação com 2020 tinha sido o mês de janeiro. **PÁGINA 2**

## CONGRESSO



/ABRASIL

# Orçamento aprovado com R\$ 1,7 bi a policiais e R\$ 4,9 bi para campanhas

O Congresso aprovou ontem o projeto de lei do Orçamento com previsão de R\$ 1,74 bilhão para aumento a policiais em 2022, ano eleitoral, após o relator-geral, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), recuar de sua decisão de não prever reajustes salariais a servidores. A medida, que é mais uma derrota de Paulo Guedes (foto), ocorre um dia após o ministro da Economia entrar de férias de 19 dias e já abriu uma crise na elite do funcionalismo. O texto prevê ainda R\$ 4,9 bilhões para o fundo de financia-

mento a campanhas eleitorais no ano que vem. Esse valor é menor do que poderia ser estabelecido (R\$ 5,7 bilhões), mas é um recorde - é quase R\$ 3 bilhões a mais do que tinha sido proposto pelo governo e que representava o valor das últimas eleições gerais (2018), corrigido pela inflação. As polêmicas emendas de relator, dinheiro cuja distribuição é usada como moeda de troca política e controlada, na prática, pela cúpula do Congresso, foram mantidas em R\$ 16,5 bilhões. **PÁGINA 3**

## CORTE DE RECURSOS

# Audidores promovem debandada na Receita

Audidores da Receita Federal começaram ontem um movimento de entrega de cargos após governo e aliados terem cortado recursos do órgão e inserido a previsão de aumento para policiais no Orçamento de 2022. "O corte orçamentário na Receita será usado para custear aumento dos policiais", afirma, Kleber Cabral, presidente do Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita). Ao menos 20 auditores já pediram exoneração, entre titulares e substitutos das chefias de equipes de fiscalização. Além do corte de

recursos para o funcionamento da Receita em 2022, os auditores protestam contra a falta de regulamentação do bônus de eficiência para a categoria. Os auditores recebem o bônus de eficiência desde 2017, quando o instrumento passou a ser previsto em lei. Mas a previsão legal é que ela seja variável conforme a produtividade do órgão. Hoje, não há regulamentação sobre essa flutuação e os auditores demandam um ato ou decreto do governo para que a mudança saia do papel. **PÁGINA 2**

## INDICADORES

| IBOVESPA: 0,46% / 105.499,88 / 480,10 / Volume: 20.435.463.082 / Quantidade: 3.164.314 |       |        |       | Bolsas no mundo   |       | Salário mínimo | R\$ 1.100,00 | IGP-M             | 0,02% (nov.) | EURO turismo |       |                  |            |       |                |             |              |                |                  |                |                |               |
|--|-------|--------|-------|-------------------|-------|----------------|--------------|-------------------|--------------|--------------|-------|------------------|------------|-------|----------------|-------------|--------------|----------------|------------------|----------------|----------------|---------------|
| Maiores Altas  |       |        |       | Maiores Baixas    |       |                |              | Mais Negociadas   |              |              |       | Fechamento       |            | Ufir  | R\$ 3,7053     | IPCA        | 0,95% (nov.) | Compra: 6,5666 | Venda: 6,7466    |                |                |               |
| Preço  | %     | Oscil. |       | Preço             | %     | Oscil.         |              | Preço             | %            | Oscil.       |       | Dow Jones        | 35.492,7   | +1,60 | Taxa Selic     | (8/12)      | 9,25%        | 0,42           | até o dia 17/dez | Compra: 5,7055 | +0,17%         |               |
| EMBRAER ON NM  | 23,10 | +16,02 | +3,19 | ALPARGATAS PN N1  | 37,00 | -4,37          | -1,69        | ALPARGATAS PN N1  | 37,00        | -4,37        | -1,69 | NASDAQ Composite | 15.341,086 | +2,40 |                |             |              |                |                  | Compra: 5,7382 | Venda: 5,7388  |               |
| AZUL PN N2   | 26,44 | +7,87  | +1,93 | BANCO INTER PN N2 | 9,51  | -3,65          | -0,36        | BANCO INTER PN N2 | 9,51         | -3,65        | -0,36 | Euro STOXX 50    | 4.173,38   | +1,57 | Poupança 3     | (22/12)     | 0,49%        | BM&F/grama     | R\$ 329,31       |                | Compra: 5,7806 | Venda: 5,9606 |
| LOCARWEB ON NM   | 13,59 | +6,50  | +0,83 | IRBRASIL REON NM  | 4,06  | -3,10          | -0,13        | IRBRASIL REON NM  | 4,06         | -3,10        | -0,13 | CAC 40           | 6.964,99   | +1,38 | TR (prefixada) | (29/8/2017) | 0,0098       | EURO Comercial |                  |                |                |               |
| BRADESPAR PN EDC N1  | 23,57 | +5,55  | +1,24 | B3 ON ED NM       | 11,37 | -3,07          | -0,36        | B3 ON ED NM       | 11,37        | -3,07        | -0,36 | FTSE 100         | 7.297,41   | +1,38 |                |             |              | Compra: 6,4730 | Venda: 6,4737    |                |                |               |
| GOL PN N2  | 18,30 | +5,11  | +0,89 | VIA ON NM         | 4,61  | -2,74          | -0,13        | VIA ON NM         | 4,61         | -2,74        | -0,13 | DAX              | 15.447,44  | +1,36 |                |             |              |                |                  |                |                |               |



## MERCADOS



## Bolsa sobe 0,46%, com destaque para ações de Embraer e Alpargatas

Em uma sessão marcada pela forte valorização das ações da Embraer, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se recuperou parcialmente das perdas da véspera, com uma alta de 0,46% ontem, aos 105.499 pontos.

Os papéis da fabricante de aeronaves fecharam com ganhos da ordem de 16,02%, aos R\$ 23,10, após a Embraer anunciar pela manhã a fusão da Eve, subsidiária produtora de aeronaves elétricas -também conhecidas como carros voadores-, com a norte-americana Zanite Acquisition Corp.

Os planos passam por uma abertura de capital (IPO, na sigla em inglês) da nova empresa, previsto para ocorrer no segundo trimestre de 2022.

A estimativa é que até 2025 a empresa de aeronaves elétricas tenha obtido todas as certificações necessárias para iniciar suas operações propriamente com as primeiras entregas em meados de 2026.

"A transação é positiva e agrega valor considerável para a Embraer pela maior capacidade de monetização do seu projeto de Evtol (carro voa-

dor). Destacamos também que o mercado ainda não precificou totalmente o projeto Evtol, com amplo espaço para uma reclassificação das ações", dizem os analistas do BTG Pactual, em relatório.

Segundo os especialistas, o modelo de Evtol tem capacidade para 4 passageiros, um alcance de 100 km e é totalmente elétrico. "O Evtol compete diretamente com o mercado de mobilidade urbana (motoristas de aplicativos) e terá um custo estimado de US\$ 50 (R\$ 286,83) por assento", apontam os analistas do banco.

Na ponta contrária, os papéis da Alpargatas, dona das Havaianas, fecharam com a maior queda do dia, em baixa de 4,37%, negociadas a R\$ 37.

No câmbio, o dólar fechou estável frente ao real, cotado a R\$ 2,739 para venda, após novo leilão do BC (Banco Central) de venda de dólar.

O S&P 500 fechou em alta de 1,78%, enquanto o Nasdaq avançou 2,4% e o Dow Jones, 1,6%. O petróleo oscilava com alta de 3,59% por volta das 18h40, a US\$ 74,09 (R\$ 425,03).

## IMPOSTOS

## Arrecadação desacelera e cresce 1,4% em novembro

FÁBIO PUPO/FOLHAPRESS

A Receita Federal registrou uma arrecadação de R\$ 157,3 bilhões em novembro, um crescimento real de 1,41% em relação igual mês do ano passado. Embora positivo, o resultado representa o menor crescimento frente a 2020 desde janeiro.

Os dados, divulgados ontem, foram impactados pela retração observada na produção industrial e na venda de bens.

Também puxaram os números para baixo as chamadas compensações tributárias, quando empresas abatem dívidas com a União usando créditos a que têm direito perante o Fisco (principalmente devido a decisões judiciais). Só em novembro, as compensações tributárias tiraram R\$ 14,9 bilhões da arrecadação federal.

Antes de novembro, o pior resultado na comparação com 2020 tinha sido o mês de janeiro. Na época, foi registrada uma queda de 1,5% na arrecadação frente ao mesmo mês do ano anterior.

A Receita havia registrado um crescimento de dois dígitos na comparação anual em seis meses de 2021 -diferença impulsionada pelos prejuízos gerados pela pan-

demia, já que ao longo do ano passado o governo promoveu adiamento de impostos. Há dois meses, no entanto, os valores de crescimento mostram retração.

A Cofins e o PIS/Pasep apresentaram uma arrecadação conjunta de R\$ 32,9 bilhões, queda real de 11,1%. Esse desempenho é explicado pela prorrogação do prazo para o pagamento destas contribuições, pelo impacto de R\$ 200 milhões na arrecadação referente ao diferimento para empresas do setor elétrico pela queda nas vendas.

Também houve queda na receita previdenciária, sinalizando dificuldades no mercado de trabalho. Esse item mostrou queda real de 6,4% contra um ano antes, para R\$ 41,6 bilhões.

Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, afirma que no total a comparação com 2020 ficou prejudicada com o mês de novembro do ano passado. Na época, os contribuintes pagaram valores decorrentes de diferimentos feitos em anos anteriores devido à flexibilização feita pela pandemia.

"Nessa comparação interanual, as bases nem sempre são simétricas, aconteceram fatos que tornaram essas situações

muito distantes. Em 2020, os contribuintes que diferiram pagaram em novembro dois meses juntos", afirmou. "Não há essa visualização de que a retomada perdeu força", disse.

Por outro lado, a Receita foi auxiliada por outras medidas não recorrentes -como o aumento da alíquota de IOF a partir de 21 de setembro para bancar o Auxílio Brasil neste ano. Só em novembro, o IOF gerou arrecadação de R\$ 4,9 bilhões, representando acréscimo real de 32,6% contra um ano antes.

Também houve um maior recolhimento de tributos sobre empresas por meio do IRPJ (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas) e da CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) -sinalizando melhores resultados de empresas. Os dois tributos somaram em novembro uma arrecadação de R\$ 25,2 bilhões, o que representa um crescimento real de 12,1%.

Segundo ele, caso não houvesse efeitos não recorrentes (como as compensações tributárias e as alterações na alíquota de IOF promovidas agora no fim do ano), haveria um crescimento real de 2,3% nas receitas administradas (contra 0,4% nos números padrões).

O crescimento, embora menor, levou a arrecadação ao maior valor em sete anos. Quando considerados os valores do ano todo, os números são mais favoráveis.

No acumulado do ano, a arrecadação chegou a R\$ 1,684 trilhão. O valor representa um crescimento real de 18,1% frente ao mesmo período do ano anterior.

O valor de 2021 é o maior já registrado na série histórica desde 1995, com números já atualizados pela inflação.

O ministro Paulo Guedes (Economia) vem destacando o avanço da arrecadação neste ano e diz que, com isso, ela poderia bancar uma redução de impostos no país. Apesar disso, o governo sofreu uma derrota no Congresso e não conseguiu aprovar um projeto de lei que ia nessa direção ao diminuir parcialmente a carga tributária no país.

Depois da derrota, o governo também abandonou a ideia de atualizar a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física de forma isolada (algo que vinha sendo discutido). A justificativa é que a correção tinha que ser aprovada por meio da proposta enviada ao Congresso, que continha também outras medidas -como a taxa de dividendos.

## INVESTIMENTOS

## Vendas do Tesouro Direto superam resgates em R\$ 1,306 bilhão

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As vendas de títulos do Tesouro Direto superaram os resgates em R\$ 1,306 bilhão em novembro deste ano. Segundo dados do Tesouro Nacional divulgados ontem, em Brasília, as vendas do programa atingiram R\$ 2,993 bilhões no mês passado. Já os resgates totalizaram R\$ 1,687 bilhão, sendo R\$ 1,606 bilhão relativo a recompras e R\$ 80,6 milhões a vencimentos, quando o prazo do título acaba e o governo precisa reembolsar o investidor com juros.

Os títulos mais procurados pelos investidores foram aqueles corrigidos pela taxa básica de juros, a Selic, que corresponderam a 47,1% do total. Os títulos vinculados à inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tiveram participação de 35,2% nas vendas, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, de 17,6%.

Em relação à rentabilidade acumulada no mês, o destaque de novembro foi para o título Tesouro IPCA+ 2045, com vencimento em 15 de maio de 2045, que registrou variação de 10,64%.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 76,60 bilhões no fim de novembro, um aumento de 2,8% em relação ao mês anterior (R\$ 74,52 bilhões) e de 23,4% em relação a novembro do ano passado (R\$ 62,07 bilhões).

## INVESTIDORES

Em relação ao número de investidores, 1.251.988 novos participantes se cadastraram no programa em novembro. O número de investidores atin-

giu 15.418.110, alta de 72,4% nos últimos 12 meses. O total de investidores ativos (com operações em aberto) chegou a 1.735.366, aumento de 26,1% em 12 meses. No mês, o acréscimo foi de 28.076 novos investidores ativos.

A utilização do Tesouro Direto por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número de vendas até R\$ 5 mil, que correspondeu a 82,6% do total de 433.163 operações de vendas ocorridas em novembro. Só as aplicações de até R\$ 1 mil representaram 63,2%. O valor médio por operação foi de R\$ 6.910,26.

Os investidores estão preferindo papéis de médio prazo. As vendas de títulos com prazo de um a cinco anos representaram 67,4% e aquelas com prazo de 5 a 10 anos, 25,3% do total. Os papéis de mais de 10 anos de prazo chegaram a 7,2% das vendas.

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar esse tipo de aplicação e permitir que pessoas físicas pudessem adquirir títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional, pela internet, sem intermediação de agentes financeiros. O aplicador só precisa pagar uma taxa para a corretora responsável pela custódia dos títulos.

A venda de títulos é uma das formas que o governo tem de captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos. Em troca, o Tesouro Nacional se compromete a devolver o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, os índices de inflação, o câmbio ou uma taxa definida antecipadamente no caso dos papéis prefixados.

## RECEITA

## Audidores promovem debandada após aumento para policiais

FÁBIO PUPO/FOLHAPRESS

Audidores da Receita Federal começaram ontem um movimento de entrega de cargos após governo e aliados terem cortado recursos do órgão e inserido a previsão de aumento para policiais no Orçamento de 2022.

"O corte orçamentário na Receita será usado para custear aumento dos policiais", afirma, Kleber Cabral, presidente do Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita).

Ao menos 20 auditores já pediram exoneração, entre titulares e substitutos das chefias de equipes de fiscalização.

Além do corte de recursos para o funcionamento da Receita em 2022, os auditores protestam contra a falta de regulamentação do bônus de eficiência para a categoria.

Os auditores recebem o bônus de eficiência desde 2017, quando o instrumento passou a ser previsto em lei. Mas a previsão legal é que ela seja variável conforme a

produtividade do órgão.

Hoje, não há regulamentação sobre essa flutuação e os auditores demandam um ato ou decreto do governo para que a mudança saia do papel.

Para ser variável, diz Cabral, os valores previstos no Orçamento teriam que aumentar para o valor máximo previsto em bônus para a categoria -o que representa R\$ 400 milhões a mais do que o previsto hoje.

"Se não entra esse valor no Orçamento, o Executivo não assina o decreto e ele continua pagando [um bônus] fixo, desrespeitando a legislação que criou uma gratificação variável. (Vai) ficar todo mundo recebendo fixo independentemente da produtividade", disse.

Além disso, a entidade calcula que o Orçamento subestimou as verbas necessárias para o correto funcionamento da Receita Federal em cerca de R\$ 1,2 bilhão -sendo R\$ 600 milhões somente para a área de tecnologia da informação. Segundo Cabral, a entrega de

cargos envolveria chefes de unidade (delegados), de divisão e de equipe e pode alcançar também os superintendentes.

Em carta, os auditores que já pediram a entrega dos cargos afirmam que "se encontram cada vez mais perplexos com o descaso com a classe por parte do Governo Federal". "Observam, igualmente perplexos, a ausência de movimentação por parte da cúpula do órgão quanto a se manifestar de

forma incisiva sobre o problema", diz o texto.

Esta é a segunda vez em menos de um mês que os auditores ameaçam uma debandada. Em novembro, assembleia dos servidores aprovou um indicativo de entrega nacional de cargos comissionados para o dia 15 de dezembro e uma moção de desconfiança contra o secretário da Receita, José Barroso Tostes Neto.

As medidas fazem parte de uma série de manifestações da categoria desde agosto, que se queixava de omissão do secretá-

rio em relação a temas relevantes para a classe, como a regulamentação do bônus de eficiência, a realização de concursos públicos e a implantação de plano de gestão que possibilite o teletrabalho durante a pandemia.

Em meio à pressão dos auditores, o ministro Paulo Guedes (Economia) decidiu promover uma dança das cadeiras no órgão e tirou Tostes Neto do cargo -embora o Ministério tenha negado que ele cedeu ao apelo dos servidores e dito que a troca já estava prevista devido ao encerramento do ciclo da reforma tributária.

Hoje, quem ocupa o cargo de secretário especial da Receita é o auditor Julio Cesar Vieira Gomes.

A insatisfação com o aumento dos policiais alcança outras categorias. Fábio Faiad, presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), diz que a medida traria uma assimetria injusta porque os salários iniciais de policial federal seriam maiores que os valores de final de carreira dos servidores do BC.

## INSS

## Aposentados receberão R\$ 1,5 bi em atrasados

Os segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que venceram na Justiça ações de concessão ou revisão de benefícios e tiveram o dinheiro dos atrasados liberado pelo juiz em novembro vão receber os valores nos próximos dias.

O CJF (Conselho da Justiça

Federal) enviou aos TRFs (Tribunais Regionais Federais) de todo o país R\$ 1,461 bilhão para o pagamento das RPVs (Requisições de Pequeno Valor), que são os atrasados de até 60 salários mínimos, o que corresponde R\$ 66 mil neste ano.

O total liberado vai quitar

ações previdenciárias e assistenciais de aposentadorias, pensões e auxílios, incluindo o BPC (Benefício de Prestação Continuada), para 103.619 beneficiários que venceram 79.836 processos contra o INSS sem que haja nenhuma possibilidade de recurso.

A verba paga pelo CJF é ainda maior, pois envolve também outras RPVs alimentícias, que não são previdenciárias nem assistenciais, e atendem a processos de servidores contra o governo federal. Ao todo, 175.336 beneficiários vencedores de 142.572 ações irão receber R\$ 1,7 bilhão.

Na região do TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), que atende os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, serão pagos R\$ 165,7 milhões a 7.498 beneficiários que venceram 6.427 processos.

Segundo o tribunal, o processamento dos valores, que é a fase em que são abertas contas para depósito dos atrasados na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil, já começou. Em geral, os segurados atendidos pelo TRF-3 recebem o valor em até sete dias após o início do processamento.

|   |  |   |  |                          |
|---|--|---|--|--------------------------|
| <p><b>Diário do Acionista</b><br/>www.diariodoacionista.com.br</p>  |  | <p><b>Administração - Redação</b></p>   |  | <p>ACESSE NOSSO SITE</p> |
| <p>Administração, redação e departamento comercial</p>  |  | <p>CESAR FIGUEIREDO - Diretor   FELIPE SOARES - Diretor</p>   |  |                          |
| <p>Rio de Janeiro   São Paulo</p>   |  | <p>PAULO DETTMANN - Editor Chefe   HAROLDO PAULINO - Diagramação</p>  |  |                          |
| <p>Av. Presidente Vargas, 962, sala 908<br/>Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002<br/>Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro<br/>99539-3634-Vivo</p> |  | <p>redacaodiariodoacionista@gmail.com</p> <p><b>PUBLICIDADE:</b> publicidade@diariodoacionista.com.br<br/><b>REDAÇÃO:</b> diariodoacionista@gmail.com<br/><b>SERVIÇOS NOTICIOSOS:</b> Folhapress e Agência Brasil</p> |  |                          |



## ORÇAMENTO

# PLo libera R\$ 1,7 bi a policiais e R\$ 4,9 bi para companhias

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei do Orçamento com previsão de R\$ 1,74 bilhão para aumento de policiais em 2022, ano eleitoral, após o relator-geral, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), recuar de sua decisão de não prever reajustes salariais a servidores.

A medida, que é mais uma derrota de Paulo Guedes, ocorre um dia após o ministro da Economia entrar de férias de 19 dias e já abriu uma crise na elite do funcionalismo -auditores da Receita iniciaram uma debandada dos cargos, em protesto.

O texto prevê ainda R\$ 4,9 bilhões para o fundo de financiamento a campanhas eleitorais no ano que vem. Esse valor é menor do que poderia ser estabelecido (R\$ 5,7 bilhões), mas é um recorde - é quase R\$ 3 bilhões a mais do que tinha sido proposto pelo governo e que representava o valor das últimas eleições gerais (2018), corrigido pela inflação.

As polêmicas emendas de relator, dinheiro cuja distribuição é usada como moeda de troca política e controlada, na prática, pela cúpula do Congresso, foram

mantidas em R\$ 16,5 bilhões.

Na CMO (Comissão Mista de Orçamento), o texto foi aprovado em votação simbólica. Na Câmara, o texto foi aprovado por 358 a 97. Ainda precisa passar pelo Senado antes de seguir para sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL).

A votação na comissão de Orçamento foi marcada pela pressão de servidores da segurança pública e de saúde para conseguir reajuste salarial. Além disso, congressistas também articularam para minimizar a redução prevista para o fundo de financiamento às campanhas eleitorais.

A complementação de voto de Hugo Leal apresentada ontem prevê R\$ 1,736 bilhão para atender a projetos de reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no Executivo -e, segundo parlamentares que participaram da negociação, seria destinada a policiais.

Os policiais são um dos principais pilares da base do presidente Jair Bolsonaro. Representantes da categoria estiveram no plenário durante a sessão da CMO, inclusive integrantes que ainda não tomaram posse.

Além dos policiais, agentes de saúde também foram contemplados pelo relator-geral do Orçamento, que destinou R\$ 800 milhões para reajustar o piso salarial desses profissionais.

O Congresso promoveu um corte aproximado de R\$ 16 bilhões em Previdência, subsídios e BPC (Benefício de Prestação Continuada) para ampliar outros gastos -como as emendas de relator-, de acordo com cálculos preliminares da IFI (Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado que monitora as contas públicas).

A IFI ainda se aprofundará nos números, mas já havia realizado projeções que apontavam uma superestimativa de aproximadamente R\$ 36 bilhões em um conjunto de gastos como esses. O Congresso, por também ver gordura nas estimativas, realizou o corte.

## EMENDAS DE RELATOR

O primeiro relatório de Leal foi divulgado na madrugada de segunda sem prever reajuste salarial para servidores, com estimativa de R\$ 5,1 bilhões para o fundo de financiamento a campanhas eleitorais e com R\$ 16,5

bilhões em emendas de relator.

O valor corresponde ao teto máximo estabelecido por um projeto de resolução aprovado pelo Congresso, que limitou o máximo à soma das emendas impositivas individuais.

A maior fatia (de R\$ 4,68 bilhões) vai para serviços de atenção primária à saúde, enquanto a segunda maior (R\$ 2,6 bilhões) vai para serviços hospitalares e ambulatoriais.

Na sequência, R\$ 2,1 bilhões são destinados à política nacional de desenvolvimento urbano voltado à implantação e qualificação viária, R\$ 1,86 bilhão para desenvolvimento sustentável e R\$ 1,25 bilhão para a estruturação da rede de serviços do Suas (Sistema Único de Assistência Social).

A manutenção das emendas de relator provocou a reação de parlamentares da oposição, que votaram contra parecer favorável do comitê de admissibilidade de emendas.

"Não podemos esquecer de que jeito nasceram essas emendas de relator. Foi um toma lá dá cá para garantir a provação de projetos impopulares", afirmou o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ).

## Energia

# Leilão de reserva de capacidade gera investimento de R\$ 6 bi

PAULA SOPRANA/FOLHAPRESS

O primeiro leilão de reserva de capacidade de energia vai gerar R\$ 5,98 bilhões em investimentos privados de usinas termelétricas movidas a gás natural, diesel, óleo combustível e bagaço de cana nos próximos anos, incluindo a criação ou expansão de unidades para suprimento energético no país.

O certame de molde inédito foi realizado ontem na sede da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), em São Paulo.

As 17 térmicas vencedoras vão disponibilizar 4.632 MW (megawatts) de potência energética a partir de 2026, o equivalente a um terço do gerado pela Itaipu.

As usinas são dos empreendimentos Global Participações, Delta Geração, Geramar, LGSA, Paranaíba, Petrobras, Portocem, Termopernambuco, Tevisa, Trombudo e UTLP.

O maior investimento foi de Portocem, com R\$ 4,2 bilhões previstos para uma nova usina de gás natural.

Já a única estação de energia verde a ser criada será do empreendimento Cidade do Livro (da UTLP), que investirá R\$ 502 milhões em uma usina de bagaço de cana em Barra Bonita (SP).

A Petrobras disponibilizará reserva de potência das subestações Betim (MG) e São José (RJ).

Os contratos são para entrega de energia a partir de julho de 2026 e valerão por 15 anos. Por ano, o conjunto de usinas vencedoras do leilão receberá R\$ 3,4 bilhões via encargos de consumidores. O volume financeiro dos contratos negociados soma R\$ 57,3 bilhões.

A potência contratada foi de 4.431 MW, a um preço médio de R\$ 824.553,83 por MW/ano (megawatt por ano), um desconto de 15,34% ante o preço inicial.

Segundo o governo, isso se refletirá em uma economia de

mais de R\$ 10 bilhões para os consumidores.

Após o leilão, André Patrus, gerente-executivo da área de leilões da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), afirmou a jornalistas que sete usinas a óleo com custo de operação superior ao limite fixado na portaria do Ministério de Minas e Energia participaram do certame por meio de decisões liminares na Justiça.

O custo variável máximo era de R\$ 600 por MWh (megawatt-hora), e algumas delas operam com mais de R\$ 1.000 por MWh.

O governo pretende cassar essas decisões e não descarta uma nova licitação de potência.

O leilão desta terça foi dividido em duas partes: produto energia e produto potência. Até hoje, o governo remunerava as usinas pela geração de energia pré-contratada. Com a mudança, passa a comprar a disponibilidade de energia (em caso de crise hídrica, por exemplo, pode acionar qualquer uma dessas usinas, que prontamente terá de gerar energia).

Debatido desde o governo de Michel Temer, esse tipo de certame se insere no contexto de abertura gradativa do mercado de energia, que tende a diminuir o peso das distribuidoras.

Além de gerar mais segurança eletro-energética, a reserva pode diminuir o custo final da conta de luz, uma vez que os custos passam a ser rateados entre todos os usuários finais de energia elétrica do sistema brasileiro. Antes, uma distribuidora local poderia demandar energia para determinado período, e esse custo seria dividido apenas entre os seus consumidores daquela região.

Outro ponto é que quando as usinas térmicas não estão em operação, só o mercado regulado assume os custos. Com a mudança, o custo é rateado por todos os consumidores, via encargos do SIN (Sistema Interligado Nacional).

## PRIVATIZAÇÃO

# Anac aprova minutas de edital para leilões de 16 aeroportos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou ontem as minutas do edital e dos contratos de concessão de 16 aeroportos à iniciativa privada. Os documentos serão analisados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O leilão da 7ª rodada de concessão dos aeroportos está previsto para o primeiro semestre do próximo ano, caso o TCU aprove os editais e os contratos. As concessões abrangerão 39,2 milhões de embarques e desembarques no país, o equivalente a 26% do volume de passageiros

registrado em 2019 e devem render R\$ 8,6 bilhões em investimentos privados nos próximos 30 anos.

Os aeroportos foram divididos em três blocos. O primeiro é formado por nove terminais em São Paulo, em Mato Grosso do Sul e no Pará, liderado pelos aeroportos de Congonhas e Campo de Marte, em São Paulo. A lista segue com os aeroportos de Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul; Santarém, Marabá, Parauapebas e Altamira, no Pará. Com lance mínimo de R\$ 525,2 milhões, o bloco tem valor do contrato estimado em R\$ 11,4 bilhões.

Liderado pelos aeroportos Santos Dumont e de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, o segundo bloco também engloba os aeroportos de Montes Claros, Uberaba e Uberlândia, em Minas Gerais, e terá lance mínimo de R\$ 324 milhões, com valor do contrato avaliado em R\$ 5,8 bilhões.

O terceiro bloco abrange os aeroportos de Belém e de Macapá. Com lance mínimo de R\$ 56,6 milhões, os dois aeroportos terão contrato mínimo estimado em R\$ 1,9 bilhão.

Um mesmo consórcio poderá arrematar os três blocos, com lance mínimo de R\$ 905,8 milhões. Para comprovar requisito

mínimo para administrar aeroportos, o operador terá de comprovar experiência em processamento, em pelo menos um dos últimos cinco anos, de 5 milhões de passageiros para disputar os blocos dos aeroportos de São Paulo-Pará e Rio de Janeiro-Minas Gerais. Para operar o terceiro bloco, o número mínimo de passageiros cai para 1 milhão.

A qualificação dos leilões da 7ª rodada de concessão de aeroportos foi decidida pelo Comitê do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) em dezembro do ano passado e autorizada pelo Decreto nº 10.635, de 22 de fevereiro de 2021.

## EM UM DIA

## Pix bate novo recorde com 51,9 milhões de transações

Com o pagamento da segunda parcela do 13º salário, o número de transações em um dia com Pix, sistema de pagamentos instantâneos, bateu novo recorde na segunda-feira passada. Segundo o Banco Central, foram 51,9 milhões de operações. O uso do novo meio de pagamento tem crescido a cada dia. O recorde anterior havia sido alcançado em 13 de dezembro, com 50,3 milhões de transações em 24 horas.

"Mais um recorde do Pix. Foram 51.946.938 transações (transferências e pagamentos) no dia de ontem. O aumento coincidiu com o pagamento da segunda parcela do 13º salário", informou o BC ontem.

As empresas tinham até segunda-feira para depositar a segunda parcela do 13º salário para trabalhadores com carteira assinada. A primeira deve ter sido paga até o dia 30 de novembro. Pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) aponta que 51 milhões devem receber os valores, injetando R\$ 155,6 bilhões na economia.

## AÉREA

# Procon do Rio de Janeiro investiga Itapemirim por cancelamento de voos

VLADIMIR PLATONOW/ABRASIL

O Procon Estadual do Rio de Janeiro instaurou processo de investigação contra a empresa Itapemirim Transportes Aéreos (ITA) por possíveis violações ao direito do consumidor. A informação foi divulgada pelo órgão ontem. A companhia aérea suspendeu suas operações no Brasil na noite do dia 17, alegando uma reestruturação interna, conforme comunicado publicado em seu site.

O Procon-RJ vai investigar se a empresa está cumprindo as leis do consumidor e as regras estabelecidas pela resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). No caso de cancelamento de voo feito pela companhia aérea, é direito do consumidor escolher entre: reacomodação, reembolso integral ou execução do serviço por outra modalidade de transporte. Cabe ainda ao passageiro receber assistência material, caso esteja no aeroporto.

O órgão destacou que, apesar

da Lei 14.174/2021 - criada em razão da pandemia e válida até 31 de dezembro deste ano - estabelecer que as companhias aéreas têm até 12 meses para reembolsar os consumidores em caso de cancelamento de voo, a regra não vale para o caso da Itapemirim, já que o cancelamento não foi em virtude do coronavírus.

Segundo o Procon-RJ, o cancelamento próximo à época de festas de Natal e Ano Novo poderá prejudicar a programação dos consumidores para passarem essas datas com familiares caso não sejam reacomodados em outros voos com urgência.

"Suspender os serviços no período de festas de final de ano e férias escolares, datas que a demanda de passageiros é alta, trouxe muito transtorno aos viajantes que já tinham voos programados. A ITA deve oferecer um atendimento facilitado, rápido, e individualizado aos consumidores afetados e ainda indicar um canal de atendimento

direto ao Procon-RJ para solucionar mais rapidamente as reclamações dos consumidores", declarou o presidente do Procon-RJ, Cássio Coelho.

A Itapemirim Transportes Aéreos deverá responder os questionamentos do Procon-RJ, incluindo a causa da suspensão temporária das atividades, as medidas adotadas para minorar os efeitos da suspensão das atividades em relação aos consumidores que adquiriram as passagens, como está sendo realizada a comunicação de cancelamento do voo ao passageiro, como são oferecidas a reacomodação, o reembolso integral da passagem, a execução do serviço por outra modalidade de transporte e a assistência material.

A companhia tem 10 dias, a contar da data do recebimento do ato de investigação, para responder às perguntas feitas pelo Procon-RJ. A ITA foi procurada para se posicionar sobre a investigação do Procon-RJ, mas ainda não se manifestou.

UNIMED-RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A  
CNPJ/ME 12.501.467/0001-02 - NIRE 33.3.0029497-0  
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente do Conselho de Administração da Unimed-Rio Participações e Investimentos S/A, na forma do art. 123 da Lei nº 6.404/76 e do §1º do art. 21 do Estatuto Social da Companhia, convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 28/12/2021, às 09 horas, em primeira convocação, às 10 horas, em segunda convocação, e às 11 horas, em terceira e última convocação, na sede da acionista majoritária, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 2500, Office III, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro para deliberarem sobre o aumento do capital social da Companhia pela acionista majoritária, com a consequente alteração do art. 5º do seu estatuto social. O acionista, seu representante legal ou procurador deverá observar as disposições previstas no art. 126 da Lei 6.404/76 e do §3º do art. 21 do Estatuto Social da Companhia para participar da Assembleia Geral Extraordinária. Cumpre informar que todos os protocolos sanitários, bem como as medidas de distanciamento social, referentes à pandemia do COVID-19, serão cumpridas na realização do concílio.

Carlos José Bichara Junior  
Presidente do Conselho de Administração da Unimed-Rio Participações e Investimentos S/A.

SM21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A.  
CNPJ/ME 02.566.106/0001-82 NIRE 333.00321-68-3

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2021: 1. Data, Hora e Local: No dia 1º/11/2021, às 10:00 (dez) horas, no escritório da SM21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A. (a "Companhia"), na Cidade do RJ, Estado do RJ, na Rua Guilhermina Guinle, número 272, 4º andar, Botafogo. 2. Convocação e Presença: Convocação dispensada em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, sendo os conselheiros Sr. Stéphane Pascal Dupont e Sr. Pascal Marc Gauthier representados por seu procurador, também membro deste Conselho, Sr. Philippe Meyer Mari. 3. Composição da Mesa: Sr. Philippe Meyer Mari (Presidente) e Sra. Patricia Cristina Sakamoto Sanna (Secretária). 4. Ordem do dia: Apresentação e deliberação sobre as contas da Companhia referentes ao primeiro semestre do ano fiscal 2021. 5. Deliberações: Ante a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos dos membros do Conselho de Administração e sem quaisquer restrições, foram aprovadas as contas da Companhia referentes ao primeiro semestre do ano fiscal 2021. 6. Lavratura e Leitura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada por unanimidade e assinada. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. RJ, 1º/11/2021. Mesa: Philippe Meyer Mari - Presidente; Patricia Cristina Sakamoto Sanna - Secretária. Conselheiros: Stéphane Pascal Dupont (p.p. Philippe Meyer Mari); Pascal Marc Gauthier (p.p. Philippe Meyer Mari); Philippe Meyer Mari. Juazeira nº 4667687 em 15/12/2021.

SM21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A.  
CNPJ/ME 02.566.106/0001-82 NIRE 333.00321-68-3

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19/11/2021: 1. Data, Hora e Local: No dia 19/11/2021, às 10:00 (dez) horas, no escritório da SM21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A. (a "Companhia"), na Cidade do RJ, Estado do RJ, na Rua Guilhermina Guinle, número 272, 4º andar, Botafogo. 2. Convocação e Presença: Convocação dispensada em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, sendo os conselheiros Sr. Stéphane Pascal Dupont e Sr. Pascal Marc Gauthier representados por seu procurador, também membro deste Conselho, Sr. Philippe Meyer Mari. 3. Composição da Mesa: Sr. Philippe Meyer Mari (Presidente) e Sra. Patricia Cristina Sakamoto Sanna (Secretária). 4. Ordem do dia: Deliberação sobre a aceitação da renúncia do Diretor Operacional da Companhia, Sr. Paulo Menegale. 5. Deliberações: Ante a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, foi aceita a renúncia do Sr. Paulo Menegale, brasileiro, divorciado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade RG nº M2757784 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 533.993.696-04 e no CREA/MG sob o nº 69783/D, residente e domiciliado na Cidade e no Estado do RJ, na Rua Jardim Botânico, nº 673, apto. 202, Jardim Botânico, CEP 22.470-050, ao cargo que ocupava como Diretor Operacional da Companhia, conforme Termo de Renúncia, Anexo I a esta ata, que deverá ser lavrado no Livro próprio. 6. Lavratura e Leitura Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada por unanimidade e assinada. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. RJ, 19/11/2021. Mesa: Philippe Meyer Mari - Presidente; Patricia Cristina Sakamoto Sanna - Secretária. Conselheiros: Stéphane Pascal Dupont (p.p. Philippe Meyer Mari); Pascal Marc Gauthier (p.p. Philippe Meyer Mari); Philippe Meyer Mari. Juazeira nº 4664920 em 10/12/2021.



## ECONOMIA

# Câmara de Vereadores vai devolver R\$ 190 milhões à Prefeitura

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

O presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (DEM), formalizou ontem a devolução de R\$ 190 milhões economizados ao longo de 2021 à Prefeitura paulistana.

Segundo a Câmara, é o maior valor devolvido na série histórica. Em 2020, o valor restituído aos cofres do município foi de R\$ 132 milhões.

A economia se deu, de acordo com os dados do Legislativo municipal, por causa da revisão, corte e cancelamento de contratos.

Foi cancelada, por exemplo, uma licitação no valor de

R\$ 8 milhões do setor de Tecnologia da Informação.

Já o contrato de aluguel para veículos utilizados pela Câmara foi reduzido em R\$ 700 mil.

"Neste ano com tantas perdas pela pandemia, tanta fome e pessoas na rua a Câmara dá sua contribuição para que a população de São Paulo tenha melhores condições de vida. Se esse esforço salvar uma vida que seja já está valendo", disse Leite à reportagem.

A formalização da devolução dos valores foi assinada em evento no Palácio dos Bandeirantes com a presença do vice-governador Rodrigo Garcia (PSDB) e do Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB).

## VEÍCULOS

# SP triplica desconto no IPVA de 2022 e parcela em 5 vezes

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, preparou um pacote inédito de descontos no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, IPVA-2022, e estendeu o prazo de pagamento, de três para cinco parcelas começando em fevereiro. As medidas têm como objetivo amenizar os efeitos negativos da pandemia e da desorganização econômica do país.

Os proprietários de veículos usados que quitarem o imposto antecipadamente, em cota única, em janeiro, terão desconto de 9%. Para os que pagarem o tributo integralmente em fevereiro, ou preferirem parcelar, a redução será de 5%. Para os donos de veículos 0 km, o desconto continua de 3% no pagamento até o quinto dia da emissão da nota fiscal, e os que preferirem também poderão parcelar em cinco vezes, sem desconto.

Normalmente, os valores venais dos veículos caem de um ano para outro – e o mesmo acontece com o IPVA. Este ano, no entanto, foi diferente: a inflação e o câmbio em alta no país, além da falta de componentes eletrônicos, provocaram um aumento fora do comum no preço dos veículos novos e até à falta de alguns modelos. Com isso, cresceu a procura por veículos usados, que também ficaram mais caros, indo na contramão do que acontece há mais de 20 anos no país. Em 2021, o valor venal dos veículos subiu 22,54% em média, segundo a pesquisa anual feita pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para a Secretaria de Fazenda e Planejamento.

"O que acontece é que os carros estão mais caros. Devido à alta da inflação e do dólar e da falta de suprimentos para a indústria automobilística, os preços dos veículos subiram. É um dos reflexos da pandemia. Por isso, o governo de São Paulo ampliou o número de parcelas de pagamento, de três para cinco, e concedeu um desconto maior. É a forma de

atenuar a situação", explica o secretário da Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles.

A maior valorização foi registrada nos preços de venda de caminhões usados, que apresentaram 25,17%. A alta foi seguida por camionetas e utilitários, com 23,50%. As motocicletas fecharam em 23,33%. Já os preços de venda de automóveis registraram média de 21,99% acima do valor apurado no ano anterior. Os ônibus e micro-ônibus tiveram 15,57% de variação.

Um ofício com as mudanças propostas pelo Governo será encaminhado à Assembleia Legislativa de São Paulo, para aval da casa. A resolução com a tabela com os valores venais de 12.221 diferentes marcas, modelos e versões de veículos será publicada hoje, no Diário Oficial do Estado e poderá ser consultada em imprensaoficial.com.br.

## FROTA TOTAL

A frota total no Estado de São Paulo é de aproximadamente 26 milhões de veículos. Desse, 17,8 milhões estão sujeitos ao recolhimento do IPVA e 7,5 milhões estão isentos por terem mais de 20 anos de fabricação. Cerca de 612 mil veículos são considerados isentos, imunes ou dispensados do pagamento (como taxistas, pessoas com deficiência, igrejas, entidades sem fins lucrativos, veículos oficiais e ônibus/micro-ônibus urbanos). A Sefaz-SP estima que a arrecadação com o imposto atinja R\$ 21,8 bilhões em 2022.

As alíquotas do imposto para veículos particulares novos e usados permanecem as mesmas: 4% para carros de passeio; 2% para motocicletas e similares, caminhonetes cabine simples, micro-ônibus, ônibus e maquinário pesado; além de 1,5% para caminhões. Já a alíquota para os veículos de locadoras, registrados em São Paulo, será reduzida de 4% para 1%, conforme projeto aprovado pela Alesp. Em razão de menor alíquota os descontos para pagamento não se

aplicam a esses veículos.

## CALENDÁRIO

Os proprietários poderão escolher entre as seguintes formas de pagamento:

- Cota única em janeiro com desconto de 9%, de acordo com o final de placa;

- Cota única em fevereiro com desconto de 5%, de acordo com o final de placa;

- Parcelamento em 5 vezes, de fevereiro a junho, com 5% de desconto, de acordo com o final de placa;

Os caminhões têm prazos diferenciados: para o pagamento integral em janeiro será concedido desconto de 9%; para pagamento em abril o desconto será de 5%; para os proprietários que optarem pelo parcelamento em cinco vezes, o desconto de 5% será mantido e vencimentos serão em março, maio, julho, agosto e setembro. (veja as tabelas completas abaixo).

Veículos novos (0km) devem recolher o imposto em até cinco dias da emissão da nota fiscal e terão desconto de 3% para pagamento à vista ou podem optar pelo parcelamento em cinco vezes, porém sem desconto, com vencimento da primeira parcela em 30 dias da emissão do documento fiscal.

Os proprietários deverão observar o calendário de vencimento por final de placa do veículo. Para efetuar o pagamento do IPVA 2022, basta o contribuinte utilizar a rede bancária credenciada, com o número do RENAVAL (Registro Nacional de Veículo Automotor). É possível efetuar o recolhimento pela internet ou débito agendado, nos terminais de autoatendimento, nos guichês de caixa ou outros canais oferecidos pela instituição bancária. Também é possível realizar o pagamento em casas lotéricas e com cartão de crédito, nas empresas credenciadas à Secretaria da Fazenda e Planejamento.

## LICENCIAMENTO

Os proprietários que desejam

antecipar o licenciamento anual deverão quitar todos os débitos que recaiam sobre o veículo, incluindo o IPVA, a taxa de licenciamento e, se for o caso, multas de trânsito.

## ATRASO DE PAGAMENTO

O contribuinte que deixar de recolher o imposto fica sujeito a multa de 0,33% por dia de atraso e juros de mora com base na taxa Selic. Passados 60 dias, o percentual da multa fixa-se em 20% do valor do imposto.

Permanecendo a inadimplência do IPVA, o débito será inscrito na Dívida Ativa, além da inclusão do nome do proprietário no Cadin Estadual, impedindo-o de aproveitar eventual crédito que possua por solicitar a Nota Fiscal Paulista. A partir do momento em que o débito de IPVA estiver inscrito, a Procuradoria Geral do Estado poderá vir a cobrá-lo mediante protesto.

A inadimplência do IPVA impede o novo licenciamento do veículo. Após a data limite fixada pelo Detran para o licenciamento, o veículo poderá vir a ser apreendido, com multa aplicada pela autoridade de trânsito e sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

## DESTINO DO IPVA

O IPVA é uma das principais fontes de arrecadação do Estado de São Paulo, ficando atrás apenas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Do total arrecadado, são descontadas as destinações constitucionais (como o Fundeb) e o valor restante é repartido 50% para os municípios de registro dos veículos, que devem corresponder ao local de domicílio ou residência dos respectivos proprietários, e os outros 50% para o Estado. A quota-parte estadual vai compor o orçamento anual e, dessa forma, será utilizada nas diversas áreas de atuação do Estado, dentre as quais Saúde, Educação Segurança Pública e Infraestrutura, por exemplo.

## RECURSOS

# Professores receberão abono perto do Natal

Cerca de 190 mil professores da rede estadual de ensino de São Paulo deverão receber na próxima sexta-feira o abono de R\$ 1,6 bilhão, que foi regulamentado por decreto publicado no último sábado.

Segundo a Secretaria Estadual da Educação, o valor pago a cada profissional será proporcional à jornada de trabalho, calculada com base no tempo de serviço do professor durante o ano e na sua frequência.

A secretaria afirma que o servidor que manteve vínculo ativo durante o ano inteiro receberá, por exemplo, um valor referente aos 12 meses. Caso não tenha trabalhado o ano todo na rede estadual, o professor ganhará um valor proporcional ao tempo em que desempenhou suas funções.

O pagamento do abono foi a forma encontrada pela gestão João Doria (PSDB) para não desrespeitar a lei que regula o novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Desde agosto, 70% dos recursos do fundo devem seguir para o pagamento de profissionais da área. Anteriormente, o montante era de 60%.

Os profissionais da rede es-

tadual estão sem reajuste nos salários ao menos desde 2019. O abono é um valor pago apenas uma vez aos servidores, não sendo incorporado aos vencimentos.

A Lei Complementar 1.363 (13/12/2021) diz que todos os profissionais do quadro do magistério com exercício no ano de 2021, efetivos ou não, receberão o benefício. Segundo a secretaria, integram o quadro do magistério dirigentes regionais de ensino, diretores de escola, professores da educação básica 1 (PEB 1), professores da educação básica 2 (PEB 2), professores 2, supervisores de ensino e coordenadores pedagógicos.

Os servidores do quadro de apoio, como agentes de organização e secretários, não vão receber o abono. Esses trabalhadores são aqueles que têm os menores salários na rede estadual.

Segundo o secretário estadual da Educação, Rossieli Soares, será enviado à Assembleia Legislativa, em janeiro, projeto de lei para pagar também os servidores do quadro administrativo da pasta.

O bônus vai de R\$ 3.000 a R\$ 16.250. Em outubro, quando anunciou a bonificação, o governo divulgou tabela com os valores a serem pagos.

## FANTASIA

# Professor usa roupa alusiva à Ku Klux Klan

A Secretaria Estadual da Educação de São Paulo afastou um professor de história da Escola Estadual Amaral Wagner, em Santo André (SP), que apareceu circulando no pátio da escola vestido com roupas semelhantes à do grupo supremacista Ku Klux Klan. Ele foi filmado por um dos alunos.

A pasta informou ainda que iniciou os trâmites para afastamento imediato do professor envolvido, que é efetivo, até o término da apuração e "não admite qualquer forma de discriminação e injúria racial". A Diretoria de Ensino de Santo André formou uma comissão para averiguar os fatos.

Em nota publicada nas redes sociais da Atlético da instituição, o grupo informou que o incidente aconteceu no dia 8 de dezembro, durante o último dia da Semana Temática e da Olimpíada, onde os alunos do terceiro ano podiam escolher uma fantasia para participar do Desfile de Fantasia. Professores e funcionários da escola também puderam participar.

"Um professor de história, sem o conhecimento do Grê-

mio, da Atlético, ou da escola, se vestiu com uma fantasia que fazia alusão ao grupo terrorista Ku Klux Klan. No mesmo instante que o professor adentrou a quadra, local onde ocorreria o desfile com tal vestimenta, foi vaiado e retirado da quadra pelos estudantes e membros do Grêmio e Atlético que estavam presentes na hora do ocorrido, tirando a fantasia e foi encaminhado a direção escolar", diz o comunicado. O grupo ressaltou que não compactuam com a atitude do docente e repudiavam qualquer tipo de preconceito. A reportagem tentou contato com a escola, mas não conseguiu.

Na página da coordenação da escola, o diretor e professor Wagner Luiz Bonifácio dos Santos publicou uma carta de retratação se desculpando com "toda comunidade da escola e também a aqueles que possam se sentir ofendido pelo traje usado por um de nossos professores em tal evento e esclarecemos que não compactuamos com nenhuma manifestação de incitação a discurso de ódio".

## SERVIDORES

# Câmara não informa destino de R\$ 108 mi pagos acima do teto

MARIANA ZYLBERKAN/FOLHAPRESS

A Câmara Municipal de São Paulo não informou o destino de R\$ 108 milhões pagos acima do teto constitucional a servidores de 2015 a 2020.

O valor foi calculado em dezembro de 2020, quando o Legislativo paulistano editou ato da Mesa Diretora que cortou todos os benefícios acima do teto.

Na última sexta-feira, o plenário da Câmara aprovou o projeto de lei 101/2012 que determina o pagamento de bônus aos procuradores legislativos escolhidos para acumular função como assistentes técnicos especializados.

Para cumprir os requisitos definidos em lei, os servidores devem ocupar cargos como secretário-geral, procurador-geral legislativo, consultor geral de economia e orçamento e coordenador de centro. A maioria nessas posições já ganha o teto salarial da categoria.

O ato da Mesa Diretora da Câmara foi aprovado em dezembro do ano passado, quase quatro anos após decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que definiu a interpretação do artigo da Constituição e fixou o teto salarial no funcionalismo público.

Pela correção da inflação, o montante pago de forma indevida aos servidores da Câmara seria, atualmente, R\$ 158,5 milhões,

equivalente ao orçamento deste ano da secretaria municipal de Turismo, por exemplo.

O valor se refere à estimativa de que cerca de 300 funcionários receberam por volta de R\$ 6.000 por mês acima do teto durante cinco anos.

Em nota, a Câmara afirmou que aprovou em dezembro de 2020 a lei municipal que define a aplicação do teto salarial, razão pela qual foi arquivada a ação civil pública que tratava do assunto no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

A ação citada foi proposta pelo vereador Fernando Holiday (Novo), que pediu a suspensão do trâmite em abril deste ano, alguns meses após ter sido escolhido para ocupar o cargo de segundo secretário na Mesa Diretora. "Chegamos à conclusão de que não seria possível conseguir provar a má-fé no recebimento dos valores, por isso, oficieo o Ministério Público para instaurar uma ação civil pública", diz Holiday.

O ofício foi enviado à Promotoria de Patrimônio Público em dezembro de 2020 e ainda não teve resposta.

Em nota, o Ministério Público

afirmou que espera o TCM (Tribunal de Contas do Município) enviar o cálculo do valor a ser restituído pelos servidores para dar continuidade ao ofício.

O TCM respondeu que já oficiou a Promotoria a respeito dos processos relacionados ao tema, que estão em fase de instrução.

Outra ação para cobrar a devolução dos supersalários da Câmara tramitou na Promotoria do Patrimônio Público de 2012 a 2015, quando foi suspensa pelo Conselho do Ministério Público, que alegou falta de indícios de má-fé em relação ao recebimento dos valores.

De acordo com o site Transparência da Câmara Municipal, há 34 procuradores legislativos na folha de pagamento que recebem até R\$ 35,4 mil, salário referente ao procurador legislativo chefe.

A Constituição Federal determina que os procuradores não podem receber salários acima dos vencimentos do desembargador do Tribunal de Justiça, fixados atualmente em R\$ 35,6 mil.

O projeto de lei foi aprovado em uma votação relâmpago a





## ESTUDO

# Fiocruz recomenda vacinação infantil criticada por Bolsonaro

CATIA SEABRA/FOLHAPRESS

A Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) divulgou ontem uma pesquisa em que recomenda a vacinação de crianças entre 5 e 11 anos. O anúncio ocorre cinco dias depois de o presidente Jair Bolsonaro (PL) criticar a imunização nessa faixa de idade, ameaçando expor o nome dos técnicos da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que autorizaram o uso do produto da Pfizer.

Segundo o estudo, com 74,95% da população imunizada com a primeira dose, o ritmo de vacinação cai a cada semana, chegando perto do zero -0,08% por dia. Ainda segundo a pesquisa, há uma tendência próxima de estagnação, sincronizada "com o início do debate sobre efetividade da vacina e proximidade do limite de população

elegível à vacinação".

Para os pesquisadores, "é essencial obter celeridade no processo de aquisição das vacinas com comprovada segurança entre crianças de 5 a 11 anos, aprovadas pela Anvisa em dezembro de 2021, para que este grupo fique protegido e, ao mesmo tempo, permita uma maior cobertura vacinal total".

Atualmente, 84,86% da população é elegível para vacinação, considerando-se os maiores de 11 anos. A análise teve como base a cobertura vacinal por estados, tendo como data de referência o último dia de cada semana epidemiológica. O período de referência corresponde à última semana de novembro.

O artigo está em preprint, quando é submetido à apreciação de outros cientistas antes de sua publicação integral, e traz o título "Como superar a estagna-

ção da curva de cobertura vacinal de primeira dose contra Covid-19 no Brasil?".

Postado na segunda-feira passada, o estudo recomenda "urgência" na aprovação da vacinação em crianças, aumentando a população elegível.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse na segunda-feira que o prazo de 5 janeiro para decidir sobre vacinação em crianças de 5 a 11 anos está mantido e que "a pressa é inimiga da perfeição".

A Anvisa concedeu autorização para a vacinação de crianças de 5 a 11 anos com Pfizer na última quinta (16). No último sábado, o ministério disse que adotaria procedimento mais longo para autorizar a imunização dessa faixa.

Já na quinta-feira Bolsonaro criticou a aprovação.

Segundo o estudo, o Brasil tem

quatro fases bem marcadas na evolução temporal da cobertura vacinal de primeira dose. A primeira apresenta lenta progressão como resultado "da acomodação do início da vacinação e falta de imunizantes no período".

A segunda começa após aproximadamente dez semanas, quando atinge a população idosa abaixo de 70 anos. É seguida pelo aumento da velocidade da cobertura, iniciada com a vacinação de adultos abaixo de 60 anos. A desaceleração, marca da quarta etapa, é iniciada em setembro.

Ainda segundo o estudo, a velocidade de vacinação foi "sistematicamente" maior no Sul e Sudeste. O Norte tem população mais jovem, o que, segundo o estudo, pode parcialmente explicar a cobertura mais baixa nestes estados. "Observamos a persistência da grande desigualdade regional", acrescenta.

## SAÚDE/COVID

# Sistema que registra mortes volta a funcionar 11 dias após ataque

LARISSA GARCIA/FOLHAPRESS

Depois de 11 dias fora do ar, o Ministério da Saúde informou que o sistema e-SUS Notifica, que registra casos e mortes por Covid-19, voltou a funcionar ontem. A plataforma foi inativada depois de um ataque hacker na madrugada de 10 de dezembro.

O Conecte SUS, que reúne informações do histórico clínico dos pacientes, como vacinas recebidas, medicamentos dispensados e exames feitos, segue fora do ar. É por este canal, acessado por aplicativo ou em site do governo, que são emitidos os com-

provantes de vacinação contra a Covid.

O SIVEP-Gripe (Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe) e o Sisreg (Sistema de Regulação) também foram restabelecidos, segundo a pasta.

O ministério afirmou que está "trabalhando para retornar os sistemas Conecte SUS, SI-PNI, Localiza SUS e OpenDatus com a maior brevidade possível".

O site do Ministério da Saúde saiu do ar após o ataque cibernético e alguns sistemas pararam de funcionar, o que levou a pausa na divulgação de dados

oficiais da pandemia, além do acesso ao registro de vacinação contra a Covid.

Na ocasião, a Polícia Federal abriu inquérito para apurar o caso e avalia a extensão do ataque cibernético perpetrado contra diferentes setores do governo.

O problema ocorre em meio à intensificação do controle das fronteiras após a descoberta da variante Ômicron do coronavírus. O governo federal publicou na segunda-feira passada portaria que obriga a apresentação de comprovante de vacinação contra Covid para entrada de viajantes no país.

A medida atende à decisão do STF (Superior Tribunal Federal) de que fosse exigido o passaporte de imunização para todo viajante que vier do exterior para o Brasil.

De acordo com a portaria, quem chega ao país por via aérea deve apresentar à companhia aérea responsável pelo voo, antes do embarque, o comprovante de vacinação impresso ou em meio eletrônico.

Enquanto o sistema não retorna, o ministério disponibilizou um site com orientações para emissão temporária do comprovante de vacinação.

## CRISE NO MEC

# Conselho Superior da Capes assina outra carta de apoio à atual gestão

PAULO SALDAÑA/FOLHAPRESS

Em meio a renúncias de pesquisadores e críticas à presidência da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o órgão conseguiu apoio de seu Conselho Superior, principal colegiado da coordenação.

Os membros do conselho assinaram uma carta que "reconhece o papel da presidência" a favor da avaliação da pós-graduação e reforça a unidade da coordenação. O documento foi proposto na reunião do colegiado pela própria gestão da Capes, segundo relatos feitos à reportagem.

A presidente da Capes, Claudia Mansani Queda de Toledo, trabalha para arrefecer os ânimos no órgão, que sofre com mais de cem renúncias de pesquisadores

e pedido de demissão do diretor de Avaliação.

Esta já é a segunda carta que surge em apoio à sua gestão desde que a saída de pesquisadores começou, no final de novembro.

A outra missiva foi assinada por diretores do órgão. Esse texto fora divulgado na primeira quinzena de dezembro.

As renúncias vieram acompanhadas de críticas sobre os rumos da Capes, acusações de supostas pressões para acelerar a abertura de novos cursos e aprovar ofertas a distância. Ainda teria havido descontentamento da Capes em reverter uma decisão judicial que interrompeu a avaliação da pós. Isso tudo é negado pelo órgão.

A Capes é responsável pela avaliação, regulação e fomento da pós-graduação do no país. A coordenação é vinculada ao MEC

(Ministério da Educação).

A carta, assinada na reunião do Conselho Superior de segunda, é intitulada "Moção de apoio à Capes". O texto defende o processo avaliativo e "reconhece o papel da Presidência da Capes e de sua diretoria, do CTC-ES (Conselho Técnico-Científico do Ensino Superior) e da Procuradoria Federal Especializada da AGU (Advocacia-Geral da União) em sua atuação pelo restabelecimento da avaliação de permanência e pela necessidade de recomposição orçamentária".

O documento ainda cita a importância da unidade do órgão. Diz também que a Capes "é um exemplo de gestão participativa da sociedade e dos agentes do Estado e deve ser preservada".

Pesquisadores consultados pela reportagem dizem que o

apoio ao texto, que teria chegado pronto à reunião, representa sinalização de fortalecimento do órgão e de seus colegiados.

"Os termos da carta tratam da necessidade de trabalhar juntos para resolver os problemas da Capes para fazer uma avaliação de qualidade. A assinatura de boa parte dos conselheiros seguiu esse caminho", disse o pesquisador Paulo Jorge Parreira dos Santos, representante do CTC-ES no Conselho Superior e que também assina o documento.

A presidência da Capes afirma que se trata de um reconhecimento coletivo. O Conselho Superior reúne 20 membros, incluindo a presidente da Capes, representantes de áreas do governo, dos pesquisadores, indicações do setor empresarial e de entidades científicas.

## ELEIÇÕES 2022

# General, ex-Bolsonaro se reúne no TSE e fala em logística de guerra

VINICIUS SASSINE/FOLHAPRESS

O general do Exército Fernando Azevedo e Silva, ex-ministro da Defesa do governo Jair Bolsonaro (PL), já participou de reunião de transição no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), onde atuará como diretor-geral.

O militar emitiu sinais de que a indicação a um cargo na corte, diretamente relacionado à realização das eleições, é uma tentativa de neutralização de eventuais contestações ao resultado das urnas.

Azevedo teve participação, ainda que discreta, na campanha de Bolsonaro em 2018. Ele atuou em um grupo que formulou propostas para o então deputado federal e capitão reformado do Exército.

De janeiro de 2019 a março de 2021, o general exerceu o cargo de ministro da Defesa. Em uma crise militar sem precedentes desde a década de 70, o ministro e os comandan-

tes das três Forças foram demitidos pelo presidente.

O general submergiu desde então. Agora, foi indicado para o cargo no TSE. Caberá a ele dar a palavra final sobre aspectos logísticos e tecnológicos das urnas eletrônicas.

Para tentar desacreditar as eleições, diante da larga desvantagem em pesquisas de preferência eleitoral divulgadas até agora, Bolsonaro fez diversos ataques e divulgou uma série de informações falsas sobre a segurança do sistema eletrônico de votação.

O presidente é investigado em inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal) em razão das fake news divulgadas contra as urnas.

Nas primeiras declarações dadas por Azevedo desde a indicação ao cargo no TSE, o general fez afirmações sobre a efetividade das urnas eletrônicas e apontou a dimensão das eleições de 2022, quando Bolsonaro deve disputar a reeleição.

# Diretórios estaduais do PV aprovam federação com PSB, PCdoB e PT

Os diretórios estaduais do Partido Verde se reuniram por cerca de quatro horas na segunda-feira e bateram o martelo sobre a formação da federação partidária com PSB, PCdoB e PT.

A aprovação pela maioria dos estados abre caminho para o partido apoiar a candidatura do ex-presidente Lula (PT) na disputa presidencial de 2022.

"A reunião da executiva federal dará o caráter oficial do apoio ao Lula. Na reunião de ontem foi festejada a federação e, naturalmente, quem está se viabilizando como candidato desse campo é o Lula", disse o presidente do PV, José Luiz Penna. À reportagem, o presidente do PV também comentou a aproximação de Lula e Geraldo Alckmin (sem partido) consolidada no jantar do último domingo, em São Paulo. Para ele, é um sinal de que a candidatura desse grupo político que formará a federação é por uma frente democrática e não só do PT. "É um sinal muito positivo porque não é a candidatura do PT, é de uma frente democrática como a gente sempre idealizou. É um engano achar que essa eleição vai ser um passeio, uma coisa fácil. Temos que criar um contingente grande de partido para derrotar essa ameaça autoritária", diz Penna.

## LIBERDADE DE EXPRESSÃO

# Entidade de jornalistas recorre ao Supremo contra assédio judicial

A Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) contra o assédio judicial a jornalistas.

Uma ADI (ação direta de inconstitucionalidade) foi proposta ao tribunal na sexta-feira e enviada à ministra Rosa Weber. A magistrada é relatora de outra ação que aborda o assunto, formulada no primeiro semestre pela ABI (Associação Brasileira de Imprensa).

A entidade afirma que o país enfrenta ataques à liberdade de expressão, à imprensa e ao direito à informação mediante instrumentalização de estruturas do Judiciário e exercício abusivo do direito de ação.

Essa prática ocorre quando há emprego abusivo de processos judiciais de reparação por danos materiais e morais contra uma pessoa em um curto intervalo de tempo.

Pela ameaça a tais preceitos constitucionais, entende a Abraji que o assunto requer a intervenção do Supremo.

"O assédio judicial, nesses casos, se evidencia mediante a pulverização da distribuição de diversas ações, muitas vezes em todo o país, com a imposição de enormes custos financeiros às vítimas, além,

obviamente, da ameaça de eventual condenação", diz o texto da ação.

A Abraji afirma que, a pretexto de exercer um direito e usando prerrogativas legais, como a escolha do foro em que será proposta a ação reparatória, pessoas têm extrapolado.

"De modo coordenado entre si, dezenas ou até centenas de pessoas propõem ações indenizatórias no foro de seu próprio domicílio, de modo a causar um dano ao réu", aponta outro trecho da ADI.

Nesses casos, frisa ainda a entidade, observa-se que "as ações são fundadas nos mesmos fatos - especialmente em manifestações de pensamento ou opinião exprimidas pelo réu, geralmente no exercício da atividade jornalística - e os autores não estão preocupados propriamente com o resultado dos processos que movem, mas com o efeito que a enxurrada de ações causa".

Um exemplo famoso ocorreu há pouco mais de dez anos. Em 2008, a jornalista Elvira Lobato e o jornal Folha de S.Paulo sofreram mais de cem processos movidos por diferentes fiéis da Igreja Universal em diversas cidades do país após a publicação de uma reportagem, no fim de 2007.

## ELEIÇÃO EM SP

# União Brasil formaliza apoio a Rodrigo Garcia

O União Brasil anunciou, nesta terça-feira, através de comunicado, o seu apoio à candidatura de Rodrigo Garcia (PSDB) para o governo de São Paulo. O partido é uma fusão do DEM e do PSL. Garcia, que é atual vice do governador João Doria, foi filiado ao Democratas antes de migrar para o PSDB neste ano.

"O União Brasil é um jovem partido, mas que carrega a experiência e a capacidade de

seus integrantes. Rodrigo Garcia tem suas raízes em nossos quadros, onde construiu sua brilhante trajetória de homem público", afirma a sigla em trecho da nota.

"Apoiá-lo representa manter São Paulo no caminho da prosperidade, do crescimento econômico e da justiça social. Representa também um importante passo no caminho de selar novas alianças regionais que possam unir o Brasil em torno

de um grande projeto de pacificação nacional, com foco na retomada do crescimento e na geração de emprego e renda", acrescenta o partido.

Com a perspectiva de assumir o comando da máquina paulista em abril, quando Doria deve deixar o governo para disputar o Palácio do Planalto, Garcia avançou nas articulações partidárias e deve ter um papel mais amplo em sua campanha em São Paulo do que seu

padrinho político no plano nacional, o que pode levar a situações inusitadas.

Além do União Brasil e do MDB, Garcia deve receber o apoio do Cidadania e tem bom trânsito no Progressistas, no Republicanos, no Solidariedade e até no Podemos.

Em relação ao cenário nacional, o União Brasil negocia eventual aliança com o ex-ministro e ex-juiz Sergio Moro (Podemos).



## DOENÇA

## Epidemia de gripe desacelera no Rio após quase 1 mês de alta

JÚLIA BARBON/FOLHAPRESS

Depois de quase um mês de alta, a epidemia de gripe deu sinais de queda na última semana no Rio de Janeiro. Os atendimentos diminuíram tanto na rede estadual como na municipal, apesar de continuarem muito acima do normal, segundo dados das secretarias de Saúde.

A média diária de adultos e crianças com síndrome gripal recuou 23% nas unidades de pronto atendimento (UPAs) do estado, na comparação com a primeira e a segunda semana de dezembro. O número caiu de 5.112 para 4.094 – em meados de novembro, era 167.

Na rede municipal, a redução foi de 16% nas unidades de urgência e emergência entre as semanas retrasada e passada, passando de 2.071 para 1.727 por dia. Todos os que tiveram indicação clínica fizeram teste de Covid, com menos de 1% de resultados positivos.

O Rio vive uma explosão de infecções pela influenza H3N2 desde o final de novembro, com uma variante que escapa à vacina aplicada no começo de 2021. O vírus se espalhou para diversos estados, como São Paulo, Espírito Santo, Bahia e Rondônia. Os números do país, porém, ainda são incertos por causa da instabilidade no sistema de notificação do SUS.

"Hoje a epidemia já é nacional. Estourou em todos os lugares. Nem precisa fazer conta. Os casos em dezembro já indicam isso, apesar de haver secretarias negando. É preciso orientar a população", afirma o epidemiologista Paulo Lotufo, professor titular da Faculdade de Medicina da USP.

O banco de dados fluminense, que só inclui casos graves da doença, indica que, mesmo com o apagão de dados, as notificações dispararam. Foram 15 em outubro, 183 em novembro e 254 em dezembro, considerando a data de início dos sintomas.

A grande maioria dos casos, no entanto, não está contabilizada, por envolver sintomas leves, segundo dizem secretarias e médicos. Isso porque o principal responsável pela transmissão é o vírus H3N2, bastante contagioso, mas menos perigoso, e os doentes são predominantemente jovens e adultos.

A secretaria estadual afirma que "o número de óbitos por influenza registrado até o momento não foge do padrão endêmico". Cinco mortes foram causadas pelo vírus neste ano, contra 1 em 2020 e 2 em 2019. Já a H1N1, mais letal, provocou 63 óbitos em 2019, 1 em 2020 e 2 em 2021.

"O número de casos é impressionante. Na última sexta, atendemos mais de mil pessoas em Volta Redonda. É muita coisa", diz o médico sanitário

Carlos Vasconcellos, subsecretário da cidade no sul fluminense e um dos diretores do sindicato de médicos (Sinmed/RJ).

Vasconcellos diz ainda não ter sentido a queda dos atendimentos na ponta. "Não sinto que esteja caindo tanto assim, mas como é um atendimento rápido, ou seja, a pessoa é medicada e pega um atestado, não tensiona tanto a rede. A pressão é mais na entrada, na fila da emergência", afirma.

Para lidar com essa pressão, foram montados os chamados "gripários", espaços separados para receber os doentes.

Ainda não há uma explicação clara para a eclosão dessa epidemia fora de época, em pleno verão. Tudo indica que o vírus H3N2 foi "importado" do hemisfério norte, que entrou na temporada de frio, e pode ter encontrado uma população vulnerável e sem imunidade contra esse patógeno.

Além da baixa imunização, especialistas apontam o relaxamento de medidas restritivas e o fato de o coronavírus ter reinado praticamente sozinho nos últimos dois anos, o que mudou com o avanço da vacinação contra a Covid e fez outros vírus reaparecerem.

"Neste ano, as pessoas não se mobilizaram muito para tomar a vacina contra a gripe, que não dá uma proteção alta, mas confere algum grau de proteção. Também vimos um movimento de reabertura e de abolição de máscaras em setembro no Rio, o que prejudicou", diz o epidemiologista Diego Xavier, da Fiocruz.

O sanitário Carlos Vasconcellos cita ainda o clima mais ameno do Rio de Janeiro neste ano.

Para Lotufo, da USP, ainda é cedo para saber os motivos do rápido aumento de casos, mas ele diz que algumas características da influenza podem jogar a nosso favor daqui para frente.

"Conhecemos muito mais sobre a gripe do que conhecemos sobre a Covid. A transmissão da gripe ocorre principalmente durante os sintomas, que são fortes, então a pessoa fica em casa abatida. Também existe um remédio, o Tamiflu ou Oseltamivir", afirma.

"Em 2019, a H1N1 veio para o Brasil no final de junho, SP estendeu férias em agosto e conseguimos segurar. Agora, as escolas já acabaram, o que é muito positivo. Por outro lado, as pessoas estão viajando mais", diz.

As orientações para quem tiver sintomas são usar máscara o tempo todo, inclusive em casa, e avisar familiares ou pessoas com quem teve contato, além de procurar unidades de saúde apenas se necessário, para evitar mais transmissões. Fazer um teste de Covid também é importante para confirmar ou descartar a doença.

## MENSAGEM ANUAL

## Gastem com educação, não com armas, diz Francisco

Em sua mensagem de paz anual, o Papa Francisco disse que as nações deveriam direcionar o dinheiro gasto com armamentos para a educação, denunciando os gastos militares crescentes às custas de serviços sociais.

Na mensagem divulgada ontem para o dia 1º de janeiro, o Dia Mundial da Paz da Igreja Católica, Francisco também pediu um equilíbrio maior entre

uma economia de livre mercado e a necessidade de ajudar os necessitados e proteger o meio ambiente.

O Papa dedicou cerca de um terço da mensagem de quatro páginas à educação, dizendo que houve uma "redução significativa" nos gastos com educação e treinamento em todo o mundo, enquanto os dispêndios militares aumentaram acima dos níveis do final da Guerra

Fria e "parece certo que crescerão exorbitantemente".

"Está mais do que na hora, então, de os governos desenvolverem políticas econômicas que visem inverter a proporção de fundos públicos gastos com educação e com armamentos", disse Francisco na mensagem, que é enviada a chefes de Estado e a organizações internacionais.

"A busca de um processo genuíno de desarmamento inter-

nacional só pode se mostrar benéfica para o desenvolvimento de povos e nações, liberando recursos financeiros melhor usados para saúde, escolas, infraestrutura, cuidados com a terra e assim por diante", disse o Papa.

As proporções de gastos militares e de educação variam entre países, mas posições sobre o que aumentar e o que cortar costumam seguir ideologias partidárias.

## DUBAI

## Emir é condenado a pagar R\$ 4,2 bi para ex-esposa e filhos

O emir de Dubai, xeque Mohammed bin Rashid al-Maktoum, foi condenado ontem por tribunal de Londres a pagar mais de 554 milhões de libras (R\$ 4,2 bilhões) à ex-esposa e aos dois filhos. Trata-se de um valor recorde em indenizações por divórcio concedido por um tribunal londrino.

A maior parte do montante a ser entregue para a princesa Haya Bint Al Hussein, meia-irmã do rei Abdullah da Jordânia, e para os filhos é destinada a garantir a segurança vitalícia da família, disse o juiz Philip Moor, para enfrentar o "grave risco" que o xeque representa para eles.

O magistrado instruiu o xeque a fazer um pagamento único de 251,5 milhões de libras em três meses para Haya pela ma-

nutenção de suas mansões em território britânico, para cobrir o dinheiro que ela disse que ele lhe devia por joias e cavalos de corrida e para cobrir seus futuros gastos com segurança pessoal.

O xeque, que é vice-presidente e premiê dos Emirados Árabes Unidos, também foi instruído a fornecer 3 milhões de libras para a educação de Jalila, 14, e Zayed, 9. Ele também foi intimado a pagar 11,2 milhões de libras por ano para os cuidados das crianças e por sua segurança quando se tornassem adultos.

A soma final, apesar de ser considerada por alguns advogados de Londres a maior sentença pública já ordenada por um tribunal de família inglês, é menos da metade dos 1,4 bilhão de libras que a defesa de Haya ha-

via pedido no início do processo judicial.

Durante quase sete horas de testemunho, Haya, 47, disse que um pagamento único permitiria um rompimento simples e removeria o controle do xeque sobre ela e seus filhos. "Eu realmente quero ser livre e quero que eles sejam livres", disse ela ao tribunal.

Após a decisão, um porta-voz do xeque argumentou que ele sempre garantiu o sustento de seus filhos e pediu que a mídia respeitasse sua privacidade. Um advogado de Haya não respondeu a um pedido de comentário da agência de notícias Reuters.

O acordo é o mais recente desenvolvimento de uma saga legal que começou quando a princesa fugiu para o Reino Unido

em abril de 2019, temendo por sua segurança depois que ela começou um caso com um de seus guarda-costas, e um mês depois de pedir o divórcio ao xeque.

Mais tarde naquele ano, um tribunal de Londres decidiu que Mohammed realizou uma série de ameaças e intimidação que a fez temer por sua vida e que ele também havia sequestrado e maltratado duas de suas filhas de outro casamento.

As princesas denunciaram um suposto sequestro orquestrado pelo pai à emissora britânica BBC, que divulgou as acusações em um de seus principais programas jornalísticos. Elas também processaram o xeque numa corte britânica, que o condenou pelo sequestro e por ameaças.

## CHILE

## Boric se reúne com chefe da Assembleia Constituinte e rejeita Carta partidária

SYLVIA COLOMBO/FOLHAPRESS

O presidente eleito do Chile, Gabriel Boric, reuniu-se com integrantes da Assembleia Constituinte ontem, no Palácio Pereira, edifício da antiga sede do Congresso, onde a nova Carta está sendo redigida.

"Não quero uma Constituinte partidária, que esteja a serviço do governo. Estaremos no Executivo fazendo o possível para que tenham a liberdade e a independência para trabalhar de modo soberano", afirmou o recém-eleito, ao lado da presidente do órgão, a líder mapuche Eli-

sa Loncón.

A Constituinte entra na fase final da redação do documento, que deve ficar pronto em julho e será avaliado pela população em plebiscito marcado para outubro de 2022. A data exata será decidida pelo novo Congresso, que assume em 11 de março. O próximo marco importante do órgão será a composição da nova mesa de direção. Assim, Loncón deixará o posto e será substituída por um novo presidente.

No dia anterior, Boric foi ao palácio de La Moneda para se encontrar com o presidente Sebastián Piñera acompanhado do de-

putado Giorgio Jackson e de sua chefe de campanha, Izkia Siches. Nesta terça, chegou ao Palácio Pereira com Camila Vallejo, deputada do Partido Comunista e aliada de Boric desde os tempos dos protestos estudantis de 2011. Ela é cotada para assumir um ministério na próxima gestão.

Questionado outra vez sobre como será o seu gabinete, o presidente eleito não quis dar nomes e afirmou que a escolha deve ser anunciada antes de meados de janeiro. Muitas pessoas se aglomeraram na porta do edifício no centro de Santiago para cumprimentar Boric, que tirou fotos e

cumprimentou apoiadores.

Loncón recebeu o futuro líder chileno com um abraço apertado, imagem que fez sucesso nas redes sociais. A líder mapuche, que recebe críticas por intromissão em temas da política local, declarou-se a favor de Boric durante a campanha. No dia seguinte à eleição, voltou a reforçar que não escondia suas preferências: "Havia um discurso negacionista que afetava os avanços democráticos do país, em relação à crise climática e à situação dos direitos das mulheres", afirmou ela, em entrevista a uma rádio.

## COVID-19

## EUA registram 1ª morte pela variante Ômicron; homem não estava vacinado

Os Estados Unidos registraram a primeira morte pela variante ômicron da Covid-19. A vítima foi um homem com idade entre 50 e 60 anos que morava no estado do Texas e não havia se vacinado contra o novo coronavírus, informou a CNN Internacional. De acordo com um comunicado da secretaria de Saúde Pública do Condado de Harris, a morte do homem foi registrada na tarde de ontem. A vítima já havia se infectado com o novo coronavírus anteriormente, mas mesmo assim não se vacinou contra a doença.

"O indivíduo estava em maior risco de complicações graves com a covid-19 devido ao seu estado de não vacinado e a problemas de saúde subjacentes", informou o comunicado. Barbie Robinson, diretora da pasta de Saúde Públi-

ca, lamentou a morte do homem e afirmou que os "nossos pensamentos e orações estão com a família do paciente". Robinson ainda relembrou a importância da vacinação contra a covid-19 no comunicado. "Este é um lembrete da gravidade da covid-19 e suas variantes. Pedimos a todos os residentes qualificados a serem vacinados e a receberem sua injeção de reforço, caso não tenham ido às unidades de saúde, que se encaixem já."

Segundo a pasta, a confirmação da infecção pela variante ômicron da vítima aconteceu por "testes adicionais" que "podem não refletir o número total de casos" na região. "Recomendamos que todos os indivíduos com cinco anos ou mais sejam vacinados o mais rápido possível. Para estar pre-

gido, os indivíduos devem ser totalmente vacinados e receberem uma injeção de reforço quando forem elegíveis. Ser vacinado oferece a melhor proteção contra o desenvolvimento de complicações ou mortes decorrentes da covid-19", finalizou o comunicado.

Apenas três semanas após ter sido registrado o primeiro caso nos Estados Unidos, a variante ômicron já é responsável por 73% dos novos casos de covid-19 no país. A estimativa, do Centro de Controle e Prevenção de Doenças, consideraram o período de uma semana encerrado em 18 de dezembro.

O aumento é 70% maior do que uma semana atrás, e mais de 72% maior do que há duas semanas, quando a ômicron, também conhecida como B.1.1.529, foi esti-

mada como responsável por 0,4% de todos os novos casos da doença. A variante foi detectada em todos os Estados norte-americanos, exceto Oklahoma e Dakota do Norte. Em algumas partes do país -incluindo as áreas de Nova York, Nova Jersey, grande parte do Sul, e o Noroeste do Pacífico -a variante responde por mais de 90% dos novos casos. "Esse aumento acentuado da ômicron era esperado e é semelhante ao que foi visto em todo o mundo", disse o CDC em comunicado. "Sabemos que as estratégias de prevenção podem retardar a disseminação da covid-19." Desde o fim de junho, a variante delta era a principal versão do vírus que causa infecções nos EUA. Até o fim de novembro, mais de 99,5% dos coronavírus eram provocados por essa cepa.

## STJ

## Ministro mantém prisão de Sérgio Cabral

O ministro Sebastião Reis Júnior, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), negou pedido de revogação da prisão preventiva do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, denunciado por corrupção passiva no âmbito da Operação Ponto Final -na qual se apurou suposto esquema de corrupção na área de transportes do estado.

A defesa impetrou habeas corpus na Corte alegando falta de contemporaneidade no pedido de prisão, já que os fatos teriam ocorrido há dez anos e a denúncia demorou dois anos para ser analisada pela corte TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro).

Na avaliação do ministro, porém, a medida de urgência do habeas corpus só é possível quando há ilegalidade contra o alvo.

Para o relator, isso não ocorre porque o TJ-RJ demonstrou circunstâncias concretas que apontam a necessidade da prisão cautelar do ex-governador. Entre outros elementos que fundamentam a ordem de prisão, ele mencionou a gravidade da conduta da organização criminosa, os prejuízos causados pelo esquema -que teria movimentado mais de R\$ 5 milhões- e a necessidade de garantir a continuidade da ação penal.